

MAGISTRATURA E TRABALHO

PUBLICAÇÃO OFICIAL DA ASSOCIAÇÃO DOS MAGISTRADOS DA JUSTIÇA DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO



JULHO/2018 - Nº 106

DESEMBARGADORES
RILMA APARECIDA
HEMETÉRIO E CARLOS
ROBERTO HUSEK:
CANDIDATOS À
PRESIDÊNCIA
DO TRIBUNAL

A ELEIÇÃO NO TRT-2

SAIBA QUEM SÃO OS CANDIDATOS
NA DISPUTA PARA OS CARGOS DE
DIREÇÃO DO TRIBUNAL

PÁG. 12



APÓS ACORDO HISTÓRICO, PROGRESSÃO NA CARREIRA É RETOMADA
COM POSSE DE NOVOS JUÍZES TITULARES

PÁG. 8



MAGISTRATURA E TRABALHO

DIRETORIA EXECUTIVA

PRÉSIDENTE

FARLEY ROBERTO RODRIGUES DE CARVALHO FERREIRA

VICE-PRÉSIDENTE

LEONARDO GRIZAGORIDIS DA SILVA

DIRETORA-SECRETÁRIA

RAQUEL MARCOS SIMÕES

DIRETORIA FINANCEIRA E DE PATRIMÔNIO

CRISTINA OTTONI VALERO

VALÉRIA NICOLAU SANCHEZ (ADJUNTA)

DIRETORIA CULTURAL

FÁBIO MOTERANI

JOSÉ CARLOS SOARES CASTELLO BRANCO

EDUARDO ROCKENBACH PIRES

DIRETORIA SOCIAL

TATIANA AGDA JULIA E. H. BELOTI MARANES

VANESSA ANITABLIAN BALTAZAR

DIRETORIA DE BENEFÍCIOS

JEFFERSON DO AMARAL GENTA

JULIANA HEREK VALÉRIO

COMISSÃO DISCIPLINAR E DE PRERROGATIVAS

DESEMBARGADORES

TITULAR: MANOEL ANTÔNIO ARIANO

SUPLENTE: ROSANA ALMEIDA BUONO

JUIZES TITULARES

TITULAR: PATRÍCIA ALMEIDA RAMOS

SUPLENTE: ADRIANA PRADO LIMA

JUIZES SUBSTITUTOS

TITULAR: MARCELO AZEVEDO CHAMONE

SUPLENTE: JULIANA DEJAVITE DOS SANTOS

DIRETORIA DE ESPORTES E LAZER

FREDERICO MONACCI CERUTTI

ALEX ALBERTO HORSCHUTZ DE RESENDE

DIRETORIA DE APOSENTADOS

MARIA CRISTINA FISCH

AWADOR PAES DE ALMEIDA

MARIA ALEXANDRA KOWALSKI MOTTA

MARIA LUIZA FREITAS

DIRETORIA DE DIREITOS HUMANOS

MARCOS SCALERCIO

LAURA RODRIGUES BENDA

CONSELHO FISCAL

TITULARES

MAGDA CRISTINA MUNIZ

KATIUSSIA MARIA PAIVA MACHADO

DANIEL ROCHA MENDES

JULIANA EYMI NAGASE

SUPLENTES

RENATA SIMÕES LOUREIRO FERREIRA

CARLOS FRANCISCO BERARDO

COMISSÃO DE JUIZES TITULARES E SUBSTITUTOS

ADEMAR SILVA ROSA

ANA MARIA CONTRUCCI BRITO SILVA

DIEGO REIS MASSI

JULIANA FERREIRA DE MORAES AZEVEDO

LÁVIA LACERDA MENEZES

LEONARDO ALIAGA BETTI

MATHEUS BARRETO CAMPELO BIONE

MAURÍCIO MARCHETTI

ROBERTO VIEIRA DE ALMEIDA REZENDE

SILVANA ABRAMO MARGHERITO ARIANO

DIRETORIA DE ASSUNTOS

LEGISLATIVOS E INSTITUCIONAIS

FÁBIO RIBEIRO DA ROCHA

JULIANA JAIMITCHEK GROSSO

REPRESENTANTE DO FORO REGIONAL DA ZONA LESTE

APARECIDA MARIA DE SANTANA

REPRESENTANTE DO FORO REGIONAL DA ZONA SUL

ANDRÉ EDUARDO DORSTER ARAUJO

REPRESENTANTE DA CIRCUNSCRIÇÃO DE GUARULHOS

FLAVIO ANTONIO CAMARGO DE LAET

REPRESENTANTE DA CIRCUNSCRIÇÃO DO ABC

CLAUDIA FLORA SCUPINO

REPRESENTANTE DA CIRCUNSCRIÇÃO DA BAIXADA SANTISTA

XERXES GUSMÃO

REPRESENTANTE DA CIRCUNSCRIÇÃO DE OSASCO

DAIANA MONTEIRO SANTOS

AMATRA-2

AV. MARQUÊS DE SÃO VICENTE, 235

BLOCO B – 10º ANDAR

BARRA FUNDA – SÃO PAULO – SP

CEP: 01139-001

TELEFONES: (11) 3392-4996,

(11) 3392-4997 – FAX: (11) 3392-4727

O JORNAL MAGISTRATURA

E TRABALHO É FEITO PELA

VARIDEL COMUNICAÇÃO

RUA CARDOSO DE ALMEIDA, 1006 – 9º ANDAR

PERDIZES – SÃO PAULO – SP – CEP: 05013-001

TEL: (11) 2501-2202

JORNALISTA RESPONSÁVEL

EDNA DANTAS – MTB 1.259/DF

PROJETO GRÁFICO E ARTE

PATRICIA MÓRANTE

COLABORARAM NESTA EDIÇÃO:

REVISÃO: DANIELE ARONQUE

DESIGNER GRÁFICO: RENATA MIYABE UEDA

FOTOS DE CAPA: ALEXANDRE SACONJ/VARIDEL COMUNICAÇÃO



PROBLEMAS COMPLEXOS TRANSFORMADOS EM VITÓRIAS ESTONTEANTES

ALEXANDRE SACONJ/VARIDEL COMUNICAÇÃO

Colegas Associados e Associadas,

É com muita honra que, pela primeira vez, apresento uma edição do jornal *Magistratura e Trabalho*.

Gostaria de destacar que, nesses dois primeiros meses de mandato na AMATRA-2, conseguimos auxiliar no andamento da carreira ao coordenar um acordo para promoções imediatas para o cargo de Juiz Titular de Vara do Trabalho.

Na sessão administrativa do Tribunal Pleno que indicou os candidatos à promoção, aproveitei para utilizar a palavra na tribuna e conchamar a todos pela unidade das instâncias.

É hora de estancar de vez os ferimentos decorrentes de todo este processo, que almejava uma mudança de paradigma para a carreira - demanda superior a 80% da Magistratura, segundo pesquisa do TRT-2 em 2017. Seguimos progredindo para fortalecer nossa unidade em um momento crucial para a Justiça do Trabalho.

Ainda no âmbito regional, estamos próximos às eleições de nosso TRT-2. Lamento ainda não termos conquistado o direito a voto para todos os Magistrados, elemento primordial para a democratização do Poder Judiciário brasileiro. Esse dia também chegará!

Mas isso não impede de depositarmos nossa confiança nos colegas que serão futuramente eleitos, na expectativa de que estejam abertos ao diálogo, à democracia e à sensibilidade humana que tanto nos é necessária.

Nessa aproximação das eleições, o jornal *Magistratura e Trabalho* entrevistou os candidatos inscritos para a Presidência do TRT-2 e reservou espaço para os concorrentes aos demais cargos para que você, Associado (a), possa conhecê-los um pouco melhor.

Caros Associados e Associadas, termino este editorial com uma mensagem para sua reflexão: não tenho medo de sonhar com um ambiente de trabalho feliz para todos nós, de acreditar na sensibilidade positiva dos colegas, de estarmos todos unidos em uma só corrente e uma só voz, para transformarmos os problemas mais complexos em vitórias estonteantes.

Sigamos em frente!

Farley Roberto Rodrigues de Carvalho Ferreira
Presidente da AMATRA-2



PIXABAY

ALTERNATIVAS PARA O PLANO DE SAÚDE

Presidência, Servidores e AMATRA-2 organizarão evento sobre um tema pouco conhecido: autogestão

Nos últimos dois meses, a diretoria da AMATRA-2 tem buscado opções de um novo plano de saúde para melhor atender seus Associados. Neste período, a Entidade tem dialogado com empresas como OMINT, SulAmérica e a própria NotreDame. No entanto, outras alternativas têm sido avaliadas.

Uma reunião entre representantes da Presidência do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, Comissão de Plano de Saúde do TRT-2 e Sintrajud (Sindicato dos Trabalhadores do Judiciário Federal no Estado de São Paulo), realizada no dia 05 de junho, marcou o início de um projeto ousado: a ideia de adesão a um plano de saúde de autogestão.

Durante o encontro, ficou acertada a realização, no próximo mês, do seminário Autogestão de Plano de Saúde. A ideia do evento, que contará com o apoio da AMATRA-2 e dos demais participantes da reunião, é se aprofundar e conhecer experiências diversas na área.

UM EXEMPLO

Uma iniciativa citada durante a reunião do dia 05 de junho foi a do Tribunal Regional da 5ª Região (Bahia). Com o apoio da Unidas (União Nacional das Instituições de Autogestão em Saúde), o Regional da Bahia vem fazendo um trabalho de capacitação de pessoal e avaliação que ajude a identificar

um formato de autogestão que possa atender Magistrados e Servidores da instituição.

A partir do seminário de agosto, que deve ser organizado em parceria pela Ejud-2, AMATRA-2 e Sintrajud, a ideia é formar na 2ª Região um grupo multisetorial para desenvolvimento de um estudo aprofundado sobre o tema e, eventualmente, iniciar a implantação de um projeto a longo prazo.

No encontro para iniciar o tema, combinou-se a realização de Seminário conjunto sobre Autogestão de Plano de Saúde para o dia 24/08/2018, com apresentação de diversos profissionais que atuam nesse ramo.

PALESTRA SOBRE FUNPRESP-JUD TAMBÉM EM VÍDEO NO YOUTUBE

No dia 28 de maio último, a AMATRA-2, com apoio da Ejud-2, realizou no auditório da Escola Judicial uma palestra sobre o FUNPRESP-JUD, o Fundo de Previdência Complementar dos Servidores Públicos do Judiciário. Dirigida a Magistrados e Servidores do TRT-2, a palestra foi ministrada pelo diretor de Seguridade da Entidade, Edmilson Enedino das Chagas.

No final do mês passado, o STF manteve a data limite de 28 de julho para a adesão de todos os funcionários públicos ao novo regime previdenciário.

Na palestra do diretor da FUNPRESP-JUD, ele explicou como aderir ao Fundo. Para assistir na íntegra a palestra, basta digitar o endereço a seguir: <http://bit.ly/21BZKkX>



DIRETOR DA
FUNPRESP-JUD
TIROU DÚVIDAS
DE ASSOCIADOS

REPRODUÇÃO YOU TUBE

STF BATE MARTELO SOBRE OBRIGATORIEDADE DA CONTRIBUIÇÃO SINDICAL



GILFERREIRA/SECOMSTF

Em última sessão antes do recesso de julho, Supremo mantém por 6 votos a 3 o pagamento facultativo

Na última sessão plenária antes do recesso do meio de ano, o Supremo Tribunal Federal rejeitou a volta da obrigatoriedade da contribuição sindical pelo trabalhador. Com um placar de seis votos a três, a Corte decidiu que o ponto da Reforma Trabalhista que vetou o desconto obrigatório é constitucional. Assim, a cobrança permanece facultativa, como prevê a Lei

13.467/2017, em vigor desde novembro passado.

Votaram pela manutenção do fim da contribuição obrigatória os Ministros Luiz Fux, Alexandre de Moraes, Luís Roberto Barroso, Gilmar Mendes, Marco Aurélio e Cármen Lúcia. Votaram pela volta do imposto sindical, considerando inconstitucional este ponto da Reforma Trabalhista, os Ministros Edson Fachin (re-

lator), Rosa Weber e Dias Toffoli. Não participaram do julgamento os Ministros Ricardo Lewandowski e Celso de Mello.

INTERMITENTE

Na pauta da última sessão do semestre estava ainda o julgamento da ADI (Ação Direta de Inconstitucionalidade) 5826, que discute a criação do contrato de trabalho intermitente. Também sob a

relatoria do Ministro Edson Fachin, o assunto ficou para ser julgado na volta do recesso. O STF retoma as atividades no dia 1º de agosto.

Além da discussão sobre o trabalho intermitente, aguardam decisão do STF outras quatro ações relacionadas à Reforma Trabalhista. Na ADI 5766, que analisa o acesso à Justiça gratuita, o julgamento foi suspenso após pedido de vistas do Ministro Luiz Fux. Já haviam votado Fachin, a favor da ADI, e Roberto Barroso, contra.

A ADI 5867, de autoria da ANAMATRA, questiona a correção do depósito recursal. A ação tem como relator o Ministro Gilmar Mendes. Também assinada pela Associação está a ADI 5870, que trata sobre limites para fixação de indenização por dano moral e sob a relatoria de Mendes. A ADI 5938, discute atividade de gestantes e lactantes em ambientes insalubres. O relator é o Ministro Alexandre Moraes.

TST, REFORMA TRABALHISTA E OS ANTIGOS CONTRATOS

No dia 21 de junho, o Pleno do TST aprovou a Instrução Normativa 41, que estabelece os critérios para aplicação da Lei 13.467/2017. Pela norma, a aplicação das novas regras previstas na Reforma Trabalhista deve ser imediata. Porém, os contratos de trabalho iniciados ou consolidados na vigência da antiga lei devem ser julgados de acordo com os critérios estabelecidos na época. Assim, a maioria das alterações processuais não será aplicada aos processos iniciados antes de 11 de novembro do ano passado. A norma, no entanto, não tem caráter vinculante.



ALTERNATIVA PARA OS CONFLITOS TRABALHISTAS

TRT-2 atinge marca expressiva na Semana Nacional da Conciliação Trabalhista, com 4.285 acordos firmados

A 4ª Semana Nacional da Conciliação Trabalhista, que ocorreu entre os dias 21 e 25 de maio, apresentou excelentes resultados no TRT-2. A Região foi a que mais fechou acordos entre todos os 24 TRTs, com mais de R\$ 84 milhões arrecadados em 4.285 acordos firmados. Isso representa um valor médio pago de, aproximadamente, R\$ 20 mil por acordo entre todas as instâncias.

A marca é histórica, e representa mais de 10% de todos os acordos e valores arrecadados em todos os TRTs durante os cinco dias de conciliação. Em todo o país, foram realizados mais de 30 mil acordos, com R\$ 874 milhões arrecadados.

Esses resultados também foram possíveis graças



AUMENTO NO NÚMERO DE CONFLITOS SOLUCIONADOS POR MEIO DE AUTOCOMPOSIÇÃO É UM DOS OBJETIVOS DO TRIBUNAL

ASCOW/PTF2

ao trabalho realizado pelos Magistrados e Magistradas do Trabalho, que analisam diariamente os conflitos entre trabalhadores e empregadores, buscando sensibilizar as partes envolvidas nos processos para o risco de cada demanda e auxiliando a encontrarem uma solução pacífica.

De acordo com o Tribu-

nal, 17.486 audiências de conciliação foram agendadas, e 16.628 se realizaram. Destas, pouco mais de um quarto – 4.285 (25,8%) – resultaram em acordo firmado entre as partes. Houve, também, recolhimentos (estimados) de mais de R\$ 309 mil a títulos previdenciários, e outros R\$ 312 mil, a títulos fiscais.

O total arrecadado na Semana Nacional de Conciliação foi de **84 milhões**

FÉRIAS SUSPENSAS PARA CUIDAR DE PARENTE DOENTE



O Conselho Nacional de Justiça (CNJ), em sessão virtual, decidiu, nos termos do voto da Conselheira Maria Iracema Martins do Vale, que as férias dos Juízes podem ser suspensas em virtude de licença por motivo de doença em pessoa da família. A decisão atende pleito da ANAMATRA e da AMATRA-6 (PE), autoras de Procedimento de Controle Administrativo.

EM NOVA EDIÇÃO, A REVISTA JURÍDICA DA ESCOLA DA AMATRA-2 HOMENAGEIA A MAGISTRADA APOSENTADA ISABEL QUADROS ROMEO

A AMATRA-2 lança em julho a edição número 11 da Revista Jurídica da Escola da AMATRA-2. A grande homenageada da publicação é a Magistrada aposentada Isabel Cristina Quadros Romeo. A homenagem é uma forma da Associação em reconhecer a atuação de doutora Isabel como Juíza e também como Diretora da Entidade nos últimos dois biênios anteriores à atual gestão.



LIGADO NO DEJT: VOCÊ AVISADO PELO WHATSAPP

Programa faz pesquisa diária no Caderno Administrativo do TRT-2 e informa ao Associado alguma referência a seu nome

Depois de um período em caráter experimental, começou a funcionar permanentemente, no final do mês passado, o serviço “Ligado no DEJT”. O programa lançado pela AMATRA-2 permite que Associados e Associadas da Entidade sejam comunicados por uma mensagem de texto caso haja alguma publicação no Caderno Administrativo do Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho que faça menção ao seu nome.

A mensagem é remetida individualmente à pessoa via WhatsApp, rede social que pode ser acessada tanto por smartphone quanto no computador pessoal.

O objetivo do “Ligado no DEJT” é facilitar o acesso à informação, sem substituir a responsabilidade de cada Magistrado Associado à AMATRA decorrente das publicações oficiais. A pesquisa no DEJT é feita por funcionários da Entidade.

Para que o programa atinja seu objetivo é muito importante que o cadastro dos Associados esteja atualizado, afinal o funcionamento do serviço depende do nome e do número de celular com o qual cada um acessa a rede social. O cadastro na AMATRA-2 pode ser atualizado por telefone – (11) 3392-4996 – ou pelo e-mail: secretaria@amatra2.org.br



CONVÊNIO GARANTE VACINA CONTRA QUATRO TIPOS DE GRIPE

A AMATRA-2 firmou convênio com a clínica TARGET SAÚDE para aplicação da vacina contra gripe. A vacina é do tipo quadrivalente – protege contra os vírus H1N1 e H3N2 (influenza A), Brisbane e Phuket (Influenza B). As aplicações vão até o final deste mês, de segunda a sexta-feira, das 8h às 18h, e aos sábados das 9h às 14h. A dose da vacina custará R\$ 50,00 para Associados e seus dependentes. O pagamento poderá ser feito apenas em dinheiro. A TARGET fica na Rua do Oratório, 1.606, sala 609, bairro da Moóca, São Paulo – SP. Informações: (11) 3774-2004 ou (11) 98762-7955.

DATAS

Tomou posse



Em 11/06/2018 a Juíza substituta **MÔNICA MUNIZ BARRETO VOLASCO FOSCHI** Proveniente da 15ª Região, em face de permuta ocorrida com a Juíza Clea Ribeiro. A solenidade foi realizada no gabinete da Presidência do TRT-2.

POR QUE O CANCELAMENTO DO PLANO CORPORATIVO DA VIVO?



Após minuciosa avaliação de preços e serviços, a diretoria da AMATRA-2 decidiu suspender o contrato do plano corporativo com a empresa VIVO. As condições oferecidas pelos planos particulares da empresa apresentam mais benefícios em relação aos oferecidos pelo plano corporativo. Os Associados integrantes do “pacote” estão sendo contactados pela AMATRA-2 e receberão por e-mail o estudo comparativo de preços entre as modalidades de contratos da VIVO. Funcionários da entidade estarão à disposição dos Associados para auxiliá-los no trâmite da transição de plano, que seguirá valendo até o final de setembro. Para cancelar o plano junto à AMATRA é só enviar e-mail para: financeiro@amatra-2.org.br

O JUBILEU DE PRATA DA EJUD-2 E A PARCERIA COM A AMATRA-2

A Escola e a Associação seguem juntas pensando na formação de Magistrados e Servidores

O ano de 2018 marca o jubileu de prata da EJUD (Escola Judicial do Tribunal Regional da 2ª Região). Em 25 anos, a instituição realizou 2.277 capacitações de Magistrados e mais de 10 mil capacitações de Servidores. Para auxiliar neste processo de formação continuada, são disponibilizados cerca de 13 mil livros físicos e mais de cinco mil livros digitais por meio da biblioteca do Tribunal. A EJUD tem se mostrado uma parceira importante na organização e promoção de eventos realizado pela AMATRA-2.

Tanto é assim que, no dia 25 de junho, o novo Presidente da Associação, Juiz Farley Rodrigues Ferreira, e o diretor da Escola, Desembargador Adalberto Martins, se reuniram para tratar de novas parcerias envolvendo as duas entidades.



O DIRETOR DA EJUD-2, DESEMBARGADOR ADALBERTO MARTINS

ALEXANDRE SACONI / VARIDEL COMUNICAÇÃO

PÓS-GRADUAÇÃO

Além de solicitar o ingresso da EJUD-2 para capitanear a realização do Seminário de Autogestão de Plano de Saúde (ler texto na página 03), o Presidente da AMATRA-2 discutiu com Martins, entre outros assuntos, a criação de um curso de pós-graduação destinado a Magistrados e Servidores que vem sendo pensado pelo diretor Cultural da entidade, o Juiz Fábio Moterani. As tratativas estão caminhando.

Segundo o Desembargador Adalberto Martins, a EJUD é fundamental para a formação de profissionais mais preparados para os desafios impostos no dia a dia. “Acredito, sim, que a sociedade mereça Magistrados e Servidores que sejam sensíveis à realidade que os cerca, que estejam preparados para esse ambiente de inovação tecnológica constante, e que sejam Magistrados e Servidores capazes de se colocar no lugar dos seus jurisdicionados”.



NA AGENDA DE AGOSTO

A AMATRA-2 dará apoio institucional ao 8º Congresso Brasileiro de Sociedades de Advogados, que será realizado nos dias 08, 09 e 10 de agosto de 2018, no Hotel Tivoli Mofarrej, no Jardim Paulista, em São Paulo. O evento reunirá autoridades do Judiciário e profissionais de renome para avaliar, à luz dos princípios constitucionais, a igualdade de oportunidades no mercado de trabalho, os impactos da Reforma Trabalhista, entre outros assuntos. Para mais informações, acesse: www.congressosinsa.com.br



RUMOS DA MAGISTRATURA TRABALHISTA

Entre os dias 13 e 15 de junho, o Colepccor (Colégio de Presidentes e Corregedores) se reuniu em Aracaju (SE) para discutir questões relacionadas à atuação da Justiça do Trabalho, números sobre seu funcionamento, bem como a aplicação da reforma trabalhista. A reunião (foto) definiu, entre outros pontos, a criação de um manual único que conterá os principais procedimentos para o desempenho de atividades judiciais nas varas do trabalho, denominado Wiki Nacional, coordenado pela Corregedoria do TRT-15.



PROMOÇÃO HISTÓRICA NO TRT-2

Posse de sete novos Juízes titulares abre caminho para promoções por critérios objetivos graças ao empenho da diretoria da AMATRA-2 e à atitude de 31 Juízes que retiraram suas candidaturas em nome do objetivo comum

Uma solenidade histórica de posse de Magistrados como Juízes Titulares foi realizada na tarde do dia 29 de junho passado. A posse dos sete novos Juízes titulares no salão nobre da sede do TRT-2, na Consolação, região central de São Paulo, representou o fim de um imbróglgio que vinha se arrastando há mais de três anos entre idas e vindas dentro da Corte. Em seu ápice, a discussão chegou até ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

Entretanto, graças ao esforço da diretoria da AMATRA-2 e mais ainda de 31 Juízes que retiraram suas candidaturas em nome de uma saída consensual, o processo de promoções, que permanecera parado nestes anos, pôde finalmente seguir seu caminho natural: o modelo por critérios objetivos poderá ser implantado o mais rápido possível.

A boa-vontade de todos os lados e o objetivo comum foi alcançado e permitiu que o caminho para novas promoções, seguindo a regulamentação do CNJ, fosse destravado.

Em sua fala durante a posse dos sete novos Juízes titulares, o presidente da AMATRA-2, Juiz Farley Roberto Rodri-

“Conseguimos resolver entre nós mesmos, com muito esforço e com a ajuda de 31 colegas Juízes – a quem eu rendo esta homenagem – este grande problema.”

FARLEY FERREIRA, PRESIDENTE DA AMATRA-2



REPRESENTANDO OS SETE COLEGAS PROMOVIDOS, O JUIZ RÉGIS FRANCO FEZ A LEITURA DO DISCURSO DE POSSE



A JUÍZA JULIANA DA CUNHA LEU O JURAMENTO DE POSSE

gues de Carvalho Ferreira, agradeceu aos demais Juízes substitutos e reiterou que o problema conseguiu ser resolvido “em casa”.

“Conseguimos resolver entre nós mesmos, com muito esforço e com a ajuda dos 31 colegas Juízes — a quem eu rendo esta homenagem —, este grande problema. Acredito que o Tribunal agora pode compreender que esta demanda não se tratava de uma peculiaridade referente a um colega específico que tenha sido promovido, ou que não se tratava de uma peculiaridade de tratar determinado voto de uma forma incorreta como foi colocado, mas sim de uma nova perspectiva. Uma perspectiva que nós, todos colegas, possamos simplesmente compreender por qual o motivo um Juiz está à frente dos outros ou é preterido”, afirmou Farley Ferreira em seu discurso.

EMPOSSADOS

Tomaram posse como Juízes titulares Juliana da Cunha Rodrigues, José Celso Bottaro, Everton Luis Mazzochi, Caroline Cruz Walsh Monteiro, Alessandra de Cássia Fonseca Tourinho Tupiassú, Régis Franco e Silva de Carvalho e Ana Carolina Nogueira da Silva. A Juíza Alessandra de Cássia não pode comparecer

à cerimônia e foi representada pelo presidente da AMATRA-2.

Após a leitura do juramento, feita pela Juíza Juliana da Cunha, coube ao Juiz Régis Franco fazer o discurso de posse, relembrando o papel que os novos titulares passam a ter.

“A partir de agora, aliado à atividade precípua de julgar, que há tempos já praticamos, passamos a ter também a missão de gerir uma Vara do Trabalho, gerir a nossa equipe de Servidores, os métodos de trabalho, os apazamentos... Enfim, fazendo com que isso contribua para a excelência da nossa prestação jurisdicional não apenas com a imprescindível qualidade, que é essencial, mas com celeridade, dentro das limitações e das dificuldades que iremos encontrar”, disse Franco.

IMPORTÂNCIA PARTICULAR

No encerramento do evento, o presidente do TRT-2, Desembargador Wilson Fernandes, destacou a peculiaridade envolvendo a posse destes sete Magistrados como titulares.

“A posse dos Juízes no cargo de titulares de vara costuma ser, e é, uma coisa muito singela. Mas esta posse especificamente se reveste de uma importân-

cia particular. Primeiro porque são mais três anos em que a carreira praticamente estagnou. E segundo, principalmente porque essa posse foi possível por força de um trabalho muito bem elaborado e conduzido pela Associação com a participação de todos os colegas”, declarou Fernandes.

“A promoção que decorre de acordo entre colegas é algo que deve ser enaltecido e comemorado.”

WILSON FERNANDES, PRESIDENTE DO TRT-2

O Presidente do Tribunal encerrou sua fala agradecendo e celebrando a maneira como esta promoção se deu. “Quero cumprimentar a AMATRA, na figura do nosso Presidente, e a cada um dos senhores que participou deste processo que é, de certa forma, uma novidade do nosso Tribunal. A promoção que decorre de acordo entre colegas é algo que deve ser enaltecido e comemorado”, concluiu o Desembargador.



A AMATRA, REPRESENTADA PELO SEU PRESIDENTE (À DIR.), OFERECU UM BRINDE EM HOMENAGEM AOS NOVOS JUÍZES TITULARES E FAMILIARES, ALÉM DE COMEMORAR O FIM DE UM IMBRÓGLIO QUE DUROU TRÊS ANOS

Na plenária final, 103 teses foram aprovadas para a efetivação da Justiça do Trabalho no país



FOTOS: DIVULGAÇÃO ANAMATRA

Reforma Trabalhista, autonomia, efetividade, justiça social, previdência, prerrogativas, tratados internacionais do Direito do Trabalho, acesso à Justiça, garantias processuais, efetividade e democratização do Poder Judiciário foram os temas centrais durante o 19º Congresso Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (CONAMAT), realizado em maio na cidade de Belo Horizonte (MG). O evento foi promovido pela ANAMATRA e pela AMATRA-3, de Minas Gerais, sede do encontro. A próxima edição do CONAMAT será realizada em Pernambuco, em 2020.

Ao todo, as comissões temáticas resultaram em 111 propostas durante os cinco dias de discussões do Congresso.

Destas, 103 foram aprovadas.

Na programação científica, destacaram-se as palestras do Vice-Presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Ministro José Antonio Dias Toffoli, que abordou o tema “Horizonte próximo para a Magistratura”; do Ministro Carlos Alberto Reis de Paula (Tribunal Superior do Trabalho), com o tema “A integração do Juiz aposentado na vida institucional dos Tribunais”; de Beatrice Edrei (professora e psicóloga francesa da Université Paris Descartes), que retratou o tema “Poder Judiciário, procedimentos judiciais e psicodinâmica do trabalho aplicada aos Magistrados”; de Lenio Streck (Advogado e professor da Unisinos), com a temática “Perspec-

tivas para a Justiça do Trabalho: Justiça Social e Estado Mínimo”; Luciano Frota (Conselheiro do CNJ), “Judiciário e Democracia: os conselhos da justiça e governança do Judiciário”; Ministro José Roberto Freire Pimenta (TST), “Independência Judicial e a vertente processual no âmbito da Reforma Trabalhista”; Ministro Luiz Philippe Vieira de Mello Filho (TST), “Reforma Social e Estado Social: perspectivas no direito individual do trabalho, no direito tutelar do trabalho e no direito coletivo do trabalho. Direito intertemporal.”

Em sua fala, Toffoli destacou a importância da Justiça do Trabalho. “O Brasil precisa da Justiça do Trabalho, pois é um país extremamente desigual. [...] Imagi-

ne se nessa cultura atual se extinguisse a Justiça do Trabalho? [...] Se essa grande massa da população brasileira, que já é explorada, que já tem relações difíceis no seu dia a dia, não tivesse condições de ir à Justiça reclamar sobre seus direitos?”, indagou.

AMATRA-2

O presidente da AMATRA-2, Farley Roberto Rodrigues de Carvalho Ferreira, acompanhou o evento representando a entidade e participou ativamente na Comissão 2 – Magistratura, Previdência e Prerrogativas.

Entre as teses acompanhadas de perto pelo presidente, destacam-se as seguintes: Limites de atuação correcional na atividade jurisdicional, e Inamovibilidade do Juiz Substituto Fixo.

“Não podemos permitir a invasão da corregedoria na atividade jurisdicional, sob pena de ocorrer uma das maiores violações possíveis no Estado de Direito: a do princípio do Juiz natural”, defende Farley.

No encerramento do encontro, a Assembleia Geral do CONAMAT aprovou a Carta de Belo Horizonte (veja no quadro ao lado), que, entre outros pontos, reforça o respeito à independência técnica dos Magistrados.



“Não podemos permitir a invasão da corregedoria na atividade jurisdicional, sob pena de ocorrer uma das maiores violações possíveis no Estado de Direito: a do princípio do Juiz natural.”

FARLEY FERREIRA, PRESIDENTE DA AMATRA-2

A CARTA DE BELO HORIZONTE E O RESPEITO À INDEPENDÊNCIA TÉCNICA DOS MAGISTRADOS

No encerramento do 19º Conamat, no dia 05 de maio, foi aprovado, por aclamação, o documento que sintetizou os debates e alertou para a precarização das relações do trabalho com a entrada em vigor da Reforma Trabalhista. A seguir, a íntegra da Carta:

As Juízas e Juizes do Trabalho, reunidos em Assembleia Geral por ocasião do 19º CONAMAT (Congresso Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho), na cidade de Belo Horizonte (MG):

1. Reafirmam a absoluta necessidade de respeito à independência da Magistratura, à autonomia do Poder Judiciário Trabalhista e à dignidade da autoridade judiciária, respeitada sempre, no livre exercício da função jurisdicional em sua forma plena, a prerrogativa de aplicação do Direito mediante a interpretação da norma em conjunto com as regras e princípios constitucionais e suas hierarquias, assim como em concordância harmônica com os tratados e convenções internacionais de que o Brasil seja parte.

2. Declaram que a independência técnica do Juiz é garantia de cidadania e do Estado democrático de Direito, não podendo ser utilizada para barganhar a existência, a subsistência ou a persistência da Justiça do Trabalho.

3. Afirmam a importância e necessidade de existência da Justiça do Trabalho no Brasil como órgão do Poder Judiciário essencial ao funcionamento do sistema de Justiça e para a pacificação dos conflitos, reequilibrando as desigualdades sociais existentes, a exemplo de como ocorre em outros países, inclusive da Europa, como no caso da Alemanha.

4. Observam que a Justiça do Trabalho é a mais célere do país, considerando, inclusive, as pesquisas feitas pelo CNJ nas diversas edições do relatório “Justiça em Números”.

5. Alertam que a Reforma Trabalhista trouxe visível precarização das relações de trabalho, conforme índices oficiais já divulgados, referentes ao aumento de desemprego e da informalidade, sendo que a queda do número de ações trabalhistas trouxe consigo a diminuição da arrecadação de custas e contribuições previdenciárias pela Justiça Laboral, o que adensa as teses de extinção desse ramo especializado do Poder Judiciário. A defesa dos direitos laborais com seus princípios norteadores, é a razão de ser da Justiça do Trabalho. Mais do que pauta de interesse social é, também pauta de interesse corporativo.

6. Defendem a coesão e a unidade da Magistratura Trabalhista como meio de fortalecer suas próprias prerrogativas, procurando adotar medidas que visem impedir o divisionismo e que propiciem maior integração dos Juizes do Trabalho em torno de seus objetivos.

7. Reiteram o compromisso com o estabelecimento da paridade entre Juizes ativos e aposentados, atuando coletivamente e de forma intransigente para o restabelecimento de regimes remuneratório e previdenciário dignos, estáveis e sustentáveis, com integralidade para aposentados e pensionistas, de modo que alcancem todas as gerações de Juizes e Juizas do Trabalho.

8. Propugnam pela inclusão de pensionistas no quadro associativo, bem como defendem uma política que estimule a integração e participação de aposentados na vida institucional dos Tribunais, inclusive com a possibilidade de participação nas escolas judiciais e associativas.

9. Pugnam pelo aprofundamento da democracia nos Tribunais com a ampliação do colégio eleitoral, adoção de eleições amplas e diretas para os cargos de administração dos Tribunais do Trabalho, inclusive os de Corregedor e Vice-Corregedor, conferindo direitos de votos aos Juizes de primeiro grau.

10. Defendem o respeito à diversidade de gênero, comprometendo-se com a adoção de uma política associativa de inclusão e participação equânime em fóruns e eventos.

11. Alertam para a necessidade de adoção de gestão e políticas que visem a garantia de saúde e bem-estar dos Magistrados, com participação da ANAMATRA na elaboração de estudos e encaminhamento de propostas para sensibilizar o CNJ, CSJT, TST e TRT's.

12. Declaram, finalmente, o compromisso de manter a união da Magistratura, em especial a Trabalhista, buscando sempre novas conquistas e tratamento igualitário entre seus membros, com o horizonte voltado para a valorização da Magistratura nacional, da Justiça do Trabalho e do Estado Democrático de Direito.

Belo Horizonte, 05 de maio de 2018.

CARLOS ROBERTO HUSEK

Nascido em São Paulo, o Desembargador e atual Vice-Presidente Judicial do TRT-2 cursou direito na PUC-SP e ingressou na Magistratura do Trabalho em 1988



FOTOS: ALEXANDRE SACONI / VARIDEL COMUNICAÇÃO

P. Como o senhor pretende agilizar as promoções por critérios objetivos?

R. Aproveitaremos os esforços empreendidos pelas comissões que nos antecederam e seguiremos estritamente os comandos das normas do Conselho Nacional de Justiça e o acórdão decorrente das postulações da AMATRA àquele Conselho.

Nossa meta é trabalhar em sintonia com a Vice-Presidência Administrativa e com a Corregedoria para agilizar os procedimentos pendentes, privilegiar a inserção em pautas de votação do Tribunal Pleno e melhorar a coleta de dados.

“O amplo conhecimento da vida funcional de cada Juiz deverá ser objeto de clareza indubitosa” [no processo de promoção por mérito]

Pretendemos ampliar a comunicação entre os Desembargadores e a transparência na votação em sessões que apurem, o mais objetivamente possível, os méritos dos candidatos. Para tanto, o amplo conhecimento da vida funcional de cada Juiz deverá ser objeto de clareza indubitosa, passível de submeter ao eleitor a essência das informações que resultem numa a escolha aferível e justificável.

P. Como administrar o maior TRT do país com menos recursos?

R. Qualquer estratégia nesse campo deve levar em conta a situação econômica do país. A tarefa do futuro Presidente estará amenizada, pois os impactos dos cortes orçamentários foram atenuados pela capacidade gestora do Presidente Wilson Fernandes, que em ação imediata viabilizou cortes de despesas, principalmente nos contratos de locação dos prédios da Justiça. Continuaremos com essa forma de gerenciamento, seguindo iguais princípios e valorizando o dinheiro público, que deve ser

gasto com eficiência e responsabilidade. Acreditamos que a envergadura do TRT-2 nos credencia a obter recursos específicos para os domínios da informática e seus insumos. Também não perderemos de vista a necessidade de recursos destinados à Ejud-2, a fim de que esta siga com a capacitação dos Magistrados e servidores. Não temos dúvida que é possível fazer mais com menos, sem sacrifícios absurdos e sem ideias mirabolantes.

P. Como equilibrar o binômio exigência-eficiência com saúde no cálculo da produtividade dos Magistrados?

R. O binômio saúde-eficiência nos parece mais lógico. Um sem o outro é superação e a superação só se concretiza de forma esporádica e por tempo determinado, o que foge ao controle do ser humano normal. Pretendemos que todos tenham saúde e ajam com eficiência. Não se pode exigir nada além disso. Não economizaremos esforços para que se estabeleçam boas práticas, com a cooperação de todos os seguimentos administrativos.

P. Existe mesmo a possibilidade de a Justiça do trabalho acabar?

R. Não creio. É fato que mudanças político-administrativas podem acontecer em qualquer país, dependentes da ideologia professada por quem exerce o poder e/ou de eventuais conveniências governativas. No momento em que o capital e o trabalho são faces de uma mesma moeda e que países como o Brasil têm espaços enormes de pobreza endêmica e de vida empresarial sem pujança, não é racional que o ordenamento jurídico elimine a maior área de solução de conflitos, representada pela Justiça do Trabalho.

Os milhares de processos continuariam a existir, além da exarcebada litigiosidade contida. Tal medida seria ineficiente e geraria profunda doença social. Enfim, temos uma longa existência, tradicional e de sucesso. Dentro de períodos de conturbação político-administrativa nos transformamos e sobrevivemos, e continuaremos a nos transformar e a sobreviver.

RILMA APARECIDA HEMETÉRIO

Mineira de Caxambu, a Desembargadora do TRT-2 se formou pela Faculdade de Direito da USP e ingressou na Magistratura do Trabalho em 1981

P. Quais são as prioridades para sua gestão à frente do Tribunal Regional da 2ª Região?

R. Caso meus pares me honrem com seus votos para ocupar o cargo de Presidente do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, minha prioridade será a promoção de uma gestão participativa, valorizando os Magistrados e Servidores para que a prestação jurisdicional possa ser eficiente.

P. Como a senhora pretende agilizar as promoções por critérios objetivos?

R. Meu alvo é trabalhar harmoniosamente com os membros da Administração e demais integrantes do Tribunal e em conjunto com a AMATRA, com o escopo de examinar a matéria no contexto de critérios objetivos adequados, diante das normas estabelecidas pelo CNJ, buscando os meios capazes de resolver os problemas e superar os obstáculos, no sentido de agilizar as promoções.

P. Qual será a sua estratégia para administrar a maior Regional do país com menos recursos?

R. O tema é intrincado e áspero, mas necessita, o quanto antes, ser enfrentado por meio de uma ampla discussão, para a qual a participação de todos os interessados, notadamente Juízes, servidores, operadores da Justiça, entidades de classes e jurisdicionados, é indispensável.

Não se pode perder de vista, que para se obter um resultado imediato, (economia de gastos), é preciso controlar e cortar as despesas não obrigatórias, tendo como foco reduzir gastos primários.

P. Como equilibrar os binômios exigência-eficiência com saúde na fórmula de cálculo da produtividade dos Magistrados?

R. As exposições dos Magistrados à fadiga extrema e serviço excessivo

são contraproducentes e opõem-se ao respeito das capacidades individuais.

O Magistrado não pode ser privado de vida social e familiar pela sobrecarga de trabalho o que, indubitavelmente, acarreta-lhe a privação da própria saúde física e mental. Neste contexto, a exigência de produtividade deve ser razoável e não expor o Juiz ao excesso, com prejuízo de sua sanidade física e mental e vida familiar e social.

“Não se pode perder de vista, que para se obter um resultado imediato (economia de gastos), é preciso controlar e cortar as despesas não obrigatórias, tendo como foco reduzir gastos primários.”

O estabelecimento de metas discutidas democraticamente, com foco na razoabilidade do cumprimento de prazos e diante dos meios necessários colocados à disposição do Juiz, é medida indispensável para o equilíbrio da eficiência e para a vida saudável do Magistrado. É mais um desafio que precisa ser enfrentado.

P. Na sua avaliação, existe mesmo a possibilidade de a Justiça do Trabalho acabar?

R. Os argumentos apresentados para a extinção da Justiça do Trabalho não traduzem a realidade dos fatos, pois se trata da Justiça que mais se reveste de eficiência e a que mais julga.

Ademais, os conflitos decorrentes da relação de emprego persistirão, mesmo com a proclamada extinção da Justiça do Trabalho, que formalmente deixaria de existir, mas exigirá a apreciação por órgão do Poder Judiciário



das lesões de direitos decorrentes, quando reclamadas.

É mister ressaltar que a Justiça do Trabalho se encontra organizada e aparelhada em uma estrutura sólida com inúmeros imóveis, mobiliário, servidores concursados e Juízes capacitados e será impossível ignorar todos estes dados à vista da mudança que se ameaça efetivar.

Assim, órgãos que decidirão os conflitos trabalhistas poderão apresentar-se com outra denominação, mas terão a mesma função, donde se conclui, inobstante a possibilidade de extinção formal, em razão de seu objeto especial, a Justiça do Trabalho não acabará.

QUEM É QUEM NA SUCESSÃO DO TRT-2

Em 1º de agosto, 91 Desembargadores que compõem o Pleno do TRT-2 escolherão aqueles que vão ocupar os cargos de direção do maior Regional do país. Saiba quem são e o que defendem os candidatos inscritos até o dia 12 de junho na disputa



DESEMBARGADORA
JUCIREMA MARIA G. GONÇALVES

Concorre ao cargo de
Vice-Presidente Administrativa

Plataforma: “A Vice-Presidência Administrativa é um dos cargos que deve se pautar pela eficiência e eficácia em todas as ações e atuar em absoluta sintonia com todos os demais setores do Tribunal. A visão gestora a ele inerente acarreta, não só a solução das controvérsias, como também uma postura equilibrada e harmônica, fomentando o respeito entre os atores do Tribunal, sejam Magistrados de 1º e 2º graus, Advogados, Servidores, Terceirizados e partes.”



DESEMBARGADORA
LEILA CHEVTCHUK

Concorre ao cargo de
Vice-Presidente Administrativa

Plataforma: “São 36 anos de serviços prestados a esta Justiça. Mas dirigir a EJUST2 e compor o Conselho da ENAMAT, ocasião em que mantive contato com a dinâmica de outros Regionais, expandiu horizontes além das especiais circunstâncias que envolvem a condução de sua administração. Referida experiência ratificou a importância de coesão e de harmonia para a conquista de soluções que atendam nossas peculiares e urgentes necessidades.”



DESEMBARGADORA
TÂNIA BIZARRO

Concorre ao cargo de
Vice-Presidente Administrativa

Plataforma: “A função da Vice-Presidente se traduz na atuação, como coautora, da missão de administrar nosso Tribunal. A tarefa mais fundamental do momento é reconquistar a vez e a voz, mantendo a Magistratura do Trabalho em pé, embora muitos insistam em colocá-la de joelhos. Só assim haveremos de construir o nascimento de NOVOS TEMPOS, especialmente para a JUSTIÇA DO TRABALHO, esta JUSTIÇA tão indispensável, tão eficaz e tão justa.”



DESEMBARGADORA
CÂNDIDA ALVES LEÃO

Concorre ao cargo de
Vice-Presidente Judicial

Plataforma: “Em momento de constantes ataques à Justiça do Trabalho, a ponderação firme e o diálogo são ferramentas essenciais para garantir a preservação de nossos espaços. Alinhada a ações determinantes, com responsabilidade e transparência, quero dar continuidade aos trabalhos exitosos que vêm sendo desenvolvidos na Vice-Presidência Judicial. O diálogo aberto, aliado à gestão assertiva e que contemple a todos, continuará sendo a tônica de minha atuação.”



DESEMBARGADOR
RAFAEL E. PUGLIESE RIBEIRO

Concorre ao cargo de
Vice-Presidente Judicial

Plataforma: “As ações do administrador público requerem a capacidade de antever as demandas a tempo de serem ministradas e medidas preventivas ou gerenciais necessárias, seja para evitar que os problemas se instalem, ou para bem solver os que não possam ser evitados. A busca pela excelência da administração exige habilidade na modulação de condutas para se adaptar às novas realidades. Maior eficiência com o menor custo.”



DESEMBARGADOR
JOSÉ RUFFOLO

Concorre ao cargo de
Corregedor Regional

Plataforma: “A Corregedoria deve garantir a plena e inafastável independência do Magistrado e assegurar ao jurisdicionado respostas às suas demandas num período de tempo razoável. Cabe também valorizar e divulgar o desempenho de excelência do TRT-2. Exceções precisam ser apuradas e corrigidas, se possível de forma preventiva e com o auxílio das entidades de classe. A participação de todos é o que levará à implantação de uma real cultura da paz.”

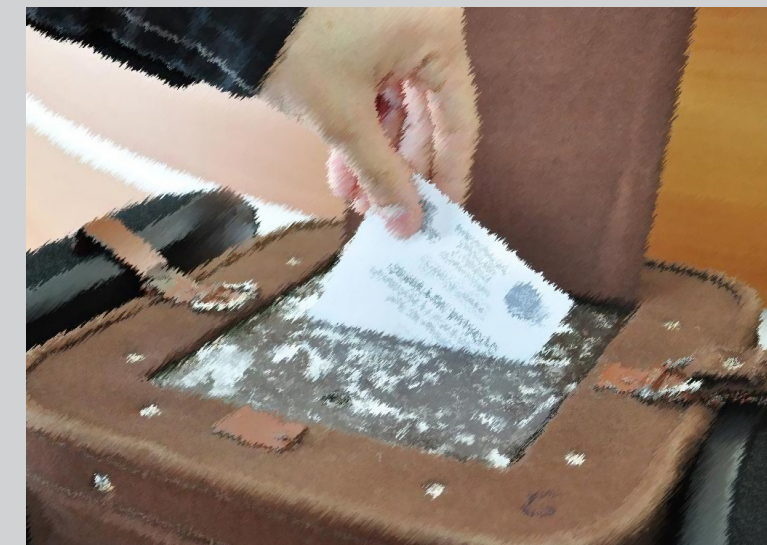


DESEMBARGADOR
LUIZ ANTÔNIO M. VIDIGAL

Concorre ao cargo de
Corregedor Regional

Plataforma: “Exercer a função corregedora, prestigiando o diálogo e uma atuação pedagógica que contribua na prevenção de questões correicionais, estimulando o exercício da via conciliatória com ânimo pacificador e proativo, visando a rápida e justa solução dos conflitos. Priorizar a busca de soluções consensuais, velando para que as decisões reflitam criterioso e imparcial senso correto, que confira segurança jurídica a Juízes, Advogados e Jurisdicionados.”

O QUE QUEREMOS



EFEITO SOBRE FOTO: AGENCIA BRASIL

ELEIÇÕES DIRETAS COM O AUMENTO DO COLÉGIO ELEITORAL

Entre os dias 23 e 27 de julho próximo, a AMATRA-2 realizará uma eleição simulada para o cargos administrativos do TRT-2. Os Associados poderão votar até o dia 26 por meio do site da entidade e, no dia seguinte, apenas presencialmente.

Em pleno século XXI, o Poder Judiciário ainda peleja para compartilhar espaço democrático entre seus membros. Em verdade, não há como conceber membros de poder que não possam participar na escolha de seus próprios gestores.

A limitação do Colégio Eleitoral apenas a membros da 2ª instância revela a imprescindibilidade de permanente atuação das associações de classe para a democratização desse poder da República. Os argumentos retóricos de politização do Poder Judiciário não se sustentam ao permitir que somente parte de seus membros votem, o que representa um pensamento oligárquico de concentração do poder em que somente alguns poderiam politizar.

Não há o que temer com a participação da 1ª instância no processo eleitoral. Os objetivos comuns de eficiência e qualidade do atendimento ao jurisdicionado, de colaboração com a instituição e de promoção do bem se sobressaem a quaisquer particularidades negativas que eventualmente possam ocorrer na gestão mais democrática.

Em um momento em que a sociedade brasileira pede mudança, a do Poder Judiciário passa, necessariamente, pela a ampliação de seu Colégio Eleitoral.

Conclamamos a todos para continuar nessa grande luta para aprovação das Propostas de Emenda Constitucional que estão no Congresso Nacional, sem prejuízo do trabalho em conjunto com a ANAMATRA na busca de novos ares para a Magistratura mediante alterações regimentais nos Tribunais do Trabalho de todo o Brasil.

Diretoria da AMATRA-2



O Juiz aposentado Paulo Dias da Rocha continua na ativa aos 70 anos de idade

UM DEFENSOR DOS FATOS CONTRA A TÉCNICA

ALEXANDRE SACON/VARDEL COMUNICAÇÃO

Nos últimos anos, o Juiz aposentado Paulo Dias Rocha tem dedicado parte do seu tempo ao gerenciamento de um hotel boutique localizado na Praia da Pipa, no aprazível e badalado litoral do Rio Grande do Norte. A atribulada vida em São Paulo, entretanto, não foi abandonada por ele, que já dedicou cinco décadas de sua vida ao Direito do Trabalho. Quando não está à frente do Marlin's, o pai de seis filhos de dois casamentos, atua como advogado em parceria com a atual esposa, Ana Maria, no escritório que leva o sobrenome dos dois, o Cardoso de Almeida e Rocha.

Aos 70 anos e com um semblante tranquilo, o Juiz aposentado é um defensor da Justiça especializada em dirimir conflitos entre o capital e o trabalho. Ele destaca: "A Justiça do Trabalho se despiu de muitas formalidades que existem nos outros ramos. Ela é muito

“A Justiça do Trabalho se despiu de muitas formalidades que existem nos outros ramos. Ela é muito próxima do povo.”

próxima do povo. [...] A população não tem medo de ir ao Fórum Trabalhista. Ela sabe que vai ser ouvida ali. Esteja a pessoa bem vestida, mal vestida, esteja suada ou não, saiba falar bem ou não, ela vai ser ouvida. Eu acho muito bacana essa proximidade”, diz.

Rocha advogou por 16 anos para uma grande empresa multinacional antes de entrar na Magistratura. Quem o levou a fazer o concurso foi um antigo colega de trabalho, que não chegou a prestar as provas.

“Tinha um amigo no Departamento Jurídico Trabalhista da empresa que me avisou sobre um concurso para a Justiça do Trabalho. Me lembro que, na época,

questionei ‘mas quanto ganha um Juiz do Trabalho?’. Ele falou um valor que não me lembro agora, e pensei ‘mas eu ganho mais aqui, para que eu vou prestar concurso para Juiz do Trabalho?’. Eu acabei prestando o concurso e esse meu amigo não prestou”, lembra.

JULGAMENTO MARCANTE

Rocha é humilde ao destacar os pontos altos de sua carreira. “As decisões são todas importantes. Ou você está garantindo o direito do trabalhador, ou resguardando o direito de um empresário. Então, para mim, todas as decisões que eu fundamentava eram importantes”, diz.

Um dos momentos que considerou mais marcantes em sua carreira foi um julgamento histórico e distinto. Ainda no começo de sua carreira enquanto Magistrado, foi chamado à sala do então Presidente do Tribunal, o Desembargador Rubens Ferrari. Logo ao entrar, se deparou com diversos rostos, dos quais tinha uma vaga lembrança, mas não tinha clareza de quem seriam.

“Era um caso de sucessão trabalhista. Eram trabalhadores, artistas, jornalistas e apresentadores do Grupo Diários Associados, fundado por Assis Chateaubriand”, lembra.

O Presidente da Corte então relatou que o havia convocado pois queria transferir o processo para suas mãos, já que este havia sido anulado outras vezes.

“Eu estava no início da Magistratura e aquilo, para mim, foi muito importante. Eu olhava aqueles rostos e realmente reconhecia que eram heróis meus de televisão, do meu tempo de criança e adolescência. Era o Capitão 7, Sítio do Pica Pau Amarelo, artistas que eu conhecia já idosos, jornalistas etc. Eram pessoas, digamos assim, do meu dia a dia. E estavam ali”, comenta.

O FUTURO DA JUSTIÇA DO TRABALHO

O Juiz aposentado lembra que os ataques à Justiça do Trabalho são antigos, inclusive sobre seu eventual fechamento.

“Eu já ouvi esse discurso muitas vezes: ‘Vamos fazer a Justiça da União’, ou seja, ‘A Justiça do Trabalho, a Justiça Federal e a Justiça Militar são todas da União, então, vamos fazer a Justiça da União e reduzir custos. Assim, va-

“Eu já ouvi esse discurso muitas vezes: [...] ‘Vamos extinguir a Justiça do Trabalho como o ramo especializado que ela é hoje’. Já ouvia esse discurso antes de 1988. [...] Para mim, ela é ‘imexível’. A Justiça do Trabalho é uma conquista do povo brasileiro.”

mos extinguir a Justiça do Trabalho como o ramo especializado que ela é hoje’. Já ouvia esse discurso antes de 1988, quando era para isso ter ocorrido na Constituinte”, destaca, reafirmando que, com o passar dos anos, a Justiça do Trabalho só se expandiu, se solidificou e se aprimorou. “Ela é ‘imexível’. A Justiça do Trabalho é uma conquista do povo brasileiro”, ressalva.

VANGUARDA

Questionado se faria algo diferente em sua trajetória na Magistratura, Rocha destacou um ponto em particular. Ocasionalmente, diz que dava predominância à técnica sobre os fatos.

“Pensava ‘tecnicamente, vou rejeitar esta reclamação trabalhista, pois as provas são, enfaticamente, contra o reclamante. Mas, para mim, o que fluiu da audiência é que ele, embora não tenha conseguido levar as provas que precisava, tem o direito’. Eu me amarrava à técnica, e hoje percebo que, talvez, tivesse feito diferente”, lembra.

O motivo para isso, destaca o Magistrado aposentado, seria o desejo de não ter sua sentença reformada no Tribunal, ou uma espécie de “orgulho” neste sentido. “Talvez tivesse sido um pouco mais vanguardista nas decisões”, finaliza, olhando para o passado.

Para encerrar, Rocha deixa a seguinte mensagem para os jovens Magistrados: “mantenham o papel, importantíssimo, de preservação da ligação da Justiça do Trabalho com o trabalhador e com o empresário”.

SUGESTÕES DE LEITURA

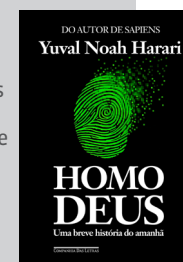
Sapiens – Uma breve história da humanidade



O professor e historiador Yuval Noah Harari traça a história da humanidade ao longo de toda sua existência, relacionando os fatos históricos com questões do presente e com questionamentos peculiares.

Homo Deus – Uma breve história do amanhã

Nesta nova obra do historiador Noah Harari, ciência, história e filosofia são combinados para descobrir qual será o destino da humanidade na Terra e, assim, redescobrimos quem fomos e quais caminhos tomamos para chegar até aqui.



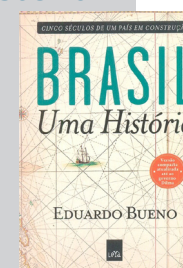
Camaradas 1917 – A Rússia em Revolução



A obra do jornalista Brian Moynahan resgata os bastidores da Revolução Russa, passando pelo assassinato do influente Rasputin, em 1916, a Marcha das Mulheres de 1917 e a queda dos czares Romanov, que comandaram o país por mais de 300 anos.

Brasil - Uma História

Na edição mais recente desta obra do jornalista Eduardo Bueno, são atualizadas informações sobre a história do País, incluindo fatos como a posse de Dilma Roussef e o julgamento do Mensalão, sempre de maneira clara e descontraída.



FERNANDO CESAR T. FRANÇA

JUIZ TITULAR DA 18ª VARA DA ZONA SUL DE SÃO PAULO, HISTORIADOR, MESTRE E DOUTOR EM FILOSOFIA

* Em toda edição, um novo convidado escreve para a coluna



ELETRIC DREAMS - SÉRIE

Baseada na obra de Philip K. Dick, autor de romances e de contos de ficção científica publicados entre 1952 e 1982, a série futurista está disponível no serviço de streaming da Amazon Prime. Filmes de sucesso como Vingador do Futuro, Minority Report e Blade Runner também se inspiraram na obra visionária do autor Dick.

A série é composta por dez episódios autônomos com roteiros clássicos da ficção científica que povoaram as especulações sobre o futuro durante o contexto da Guerra Fria. Viagens espaciais, transferência de consciência, inteligência artificial, invasões alienígenas e regimes autoritários são temas das narrativas.

Os episódios, contudo, não se perdem em questionamentos datados, nem apontam para tecnologias que alteram as relações entre as pessoas. A visão futurista da humanidade está ali, mas não é o principal. A essência do ser humano é o que desperta interesse. Quase um *sci-fi noir*, em uma his-

tória que remete à premissa dos X-Men, o episódio The Hood Maker mostra a humanidade submetida a um regime autoritário quando algumas pessoas passam a demonstrar poderes telepáticos. O medo do diferente faz com que os “normais”, termo usado para humanos sem o dom, desumanizem, excluam e explorem os telepatas da sociedade.

Electric Dreams sugere uma visão pessimista do que acontecerá conosco. Mas diferente de Black Mirror, disponível na corrente Netflix, o olhar é mais curioso do que fatalista. Nossa humanidade aponta para abismos de possibilidades totalmente distintas. Temos a capacidade de grandes proezas, assim como a inevitável tendência a estragar absolutamente tudo: dos nossos relacionamentos ao nosso planeta. Em outro episódio, um rapaz decide realizar uma viagem quase suicida, transportando uma idosa à beira da morte para visitar um planeta Terra destruído. A empatia, ao final, é o que nos une, mas também o que nos destrói.



FOTOS: DIVULGAÇÃO



A ARTE NO BRASIL: UMA HISTÓRIA NA PINACOTECA DE SÃO PAULO

A Pinacoteca do Estado apresenta “Arte no Brasil”, nova exposição de longa duração que ocupa todo o segundo andar do edifício da Avenida Tiradentes com obras do acervo. O objetivo desta mostra é oferecer ao público uma leitura da formação das artes visuais no Brasil do período colonial até meados dos anos 1930.

A exposição é composta por cerca de 500 obras, entre pinturas, esculturas, desenhos, gravuras e fotografias de artistas fundamentais para a história da arte brasileira do período, como Debret, Taunay, Facchinetti, Almeida Junior, Eliseu Visconti, Pedro Alexandrino, Candido Portinari, Lasar Segall, entre outros. Deste total, cer-

ca de 300 obras passaram por processo de conservação e restauro feito inteiramente pela equipe técnica do museu.

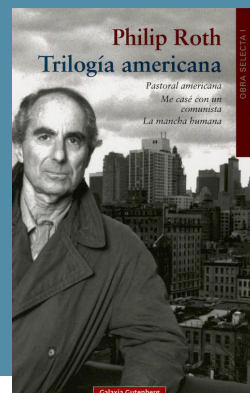
O percurso expositivo se estende por 11 salas e obedece a uma ordem cronológica, o que permite uma compreensão didática do desenvolvimento das práticas artísticas em nosso país. Vale muito conferir!



PHILIP ROTH - TRILOGIA AMERICANA

No último dia 22 de maio morreu, aos 85 anos, o escritor americano Philip Roth, um dos ícones da literatura dos Estados Unidos do século XX. Roth conquistou quase todos os prêmios literários relevantes em mais de 60 anos de carreira. Morreu, no entanto, sem o Prêmio Nobel de Literatura, para o qual foi considerado favorito em diversas ocasiões. Philip Roth se destaca por seu grande talento na construção de histórias bem contadas. Usando um discurso de estrutura relativamente simples, trata de temas delicados com complexidade notável. Um tema, contudo, é recorrente em sua obra: a dimensão trágica da insubmissão da realidade diante da vontade do ser humano. O dilema moral está sempre presente.

Recomendo a leitura da Trilogia Americana, composta pelos romances “Pastoral Americana”, “Casei-me com um Comunista” e “A Marca Humana”. Os enredos dos três livros são distintos. A trilogia justifica-se pelo tema que fundamenta as histórias. Apesar de densa, a leitura de Roth é prazerosa. Uma oportunidade de aproximação com um pensamento inteligente, corajoso e transformador.



ACONTECEU

FORRÓ, CRIANÇAS, COMES E BEBES NA FESTA JUNINA DA AMATRA

Ao som da zabumba, triângulo e sanfona do trio Águas Belas, o arraial 2018 da AMATRA-2 reuniu um grupo animado formado por Magistrados e seus filhos, uma alegria à parte



CONVÊNIOS

INVESTIMENTOS, TURISMO E EDUCAÇÃO

Conheça alguns dos benefícios concedidos aos Associados da AMATRA-2 e seus dependentes



BANCO SAFRA

O convênio com a instituição financeira prevê, entre outros benefícios, isenção no pacote de serviços, isenção da primeira anuidade do cartão de crédito (Black e Platinum) e condições diferenciadas nas operações de câmbio turismo (com a conveniência de retirada diretamente no aeroporto). Mais informações nos telefones (11) 97699-7626 ou 3677-2226 (Rosilene Oliveira) ou (11) 99219-0734 ou 3175-8372 (Sandra Alves).

COLÔNIA DE FÉRIAS APAMAGIS

Descontos especiais em hospedagem nas colônias de férias situadas no Guarujá, Campos do Jordão e Termas de Ibirá. www.apamagis.com.br/colonias/

CIRURGIÃO PLÁSTICO FLÁVIO FRANCESCHELLI

Desconto de 10% no valor da consulta e 15% em procedimentos cirúrgicos e não-cirúrgicos. Mais informações: (11) 3088.7451.

COLÉGIO BRASIL CANADÁ

Descontos de 10% no valor da matrícula e na mensalidade. Mais informações: www.colegiobrasilcanada.com.br ou pelo telefone: (11) 3675.6840.

FACULDADE DE DIREITO DAMÁSIO DE JESUS

Desconto de 15% no curso de Direito para dependentes de Associados. www.damasio.com.br

ESCOLA MAPLE BEAR - FERNÃO GAIVOTA

Desconto de 10% na anuidade, além de descontos diferenciados e cumulativos para irmãos e 10% sobre o valor líquido da parcela. Informações: www.fernaogaivota/maple-bear

GARAGE INN - VIRACOPOS

Desconto de 30% nas diárias da unidade próxima à Viracopos, incluindo transfer gratuito ao terminal do aeroporto.

INSTITUTO CULTURAL ITALO-BRASILEIRO

Desconto de 30% no valor total de módulo de qualquer curso de língua italiana. Válido para Associados, cônjuges e filhos. www.icib.com.br

KING PARK CONGONHAS

Na unidade próxima ao aeroporto de Congonhas, o estacionamento dá descontos de 20% nas diárias e 10% na mão de obra em serviços disponíveis. Em Moema, os descontos são de 25% para estacionar e 12% nas lavagens.

LATAM TRAVEL

Desconto de 10% para Associados e seus dependentes na compra de pacotes de viagem nacionais e internacionais operados pela agência. Para mais detalhes e informações, entrar em contato pelo e-mail alexandre.lucchesi@latamtravel.com.br ou telefone: (11) 97073.7319.

MACKENZIE

Descontos para Associados e dependentes em cursos de pós-graduação Lato Sensu, extensão, educação infantil, fundamental e ensino médio. www.mackenzie.br

MARCELLA LEDO DERMATOLOGIA

Desconto de 10% em consultas e procedimentos para Associados e familiares nas unidades de Jundiaí e no bairro do Itaim Bibi. www.marcellaledo.com.br

MARIA DOS ANJOS DOMÉSTICAS

Desconto de 15% na taxa de administração referente a um salário da profissional contratada. Telefones: (11) 3105.4403 ou 3242.0679

NORMANDO DESPACHANTE

Desconto de 15% em todos os serviços prestados a Associados e dependentes. Telefones: (11) 3873.1348 ou 3862.2539

REDE DE HOTÉIS TRAVEL INN

Tarifas diferenciadas em todas as unidades da rede - São Paulo (Vila Olímpia, Vila Clementino, Higienópolis e Jardins), Jundiaí, Campinas e Marília. <http://travelinn.com.br>



MISTRAL VINHOS

A importadora oferece descontos de até 20% em seu amplo catálogo de vinhos. www.mistral.com.br/parceria/amatra2

NATUROLOGIA

Desconto de 15% nas sessões com a naturóloga Ana Paula Pessuto. Consultório em Higienópolis com estacionamento no local. Telefones para agendamento: (11) 3258.7082 ou (11) 97320.8776

PERSONAL SECURITY TRAINING - TIRO DEFENSIVO

Desconto de 12% para Associados e dependentes em cursos e instruções de tiro defensivo. Informações pelo telefone (11) 2369.3982 ou na página da academia no Facebook: www.facebook.com/PSTTraining45

RIO QUENTE RESORTS

Desconto de 10% no valor da hospedagem nos hotéis do Rio Quente Resorts, Costa do Sauípe, hotéis em Caldas Novas, sobre as tarifas aéreas e rodoviárias operadas pela VALETUR, além de 40% nos bilhetes de acesso ao Hot Park e Praia do Cerrado. Saiba mais sobre o Grupo Rio Quente/Sauípe/Valetur no site www.gruporioquente.com.br/convenio, pelo fone (11) 3412-4830 ou pelo e-mail convenio@rioquenteresorts.com.br.

ULTRAPARK - ESTACIONAMENTO AEROPORTO DE GUARULHOS

Desconto de 10% no valor das diárias. É necessário efetuar reserva pelo e-mail contato@ultrapark.com.br, www.ultraparkgru.com.br

PARA OUTROS CONVÊNIOS E MAIS INFORMAÇÕES, ACESSE WWW.AMATRA2.ORG.BR